

Núcleo Executivo

Ata nº 307

Realizou-se no dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e quatro, às catorze horas e trinta minutos, nas instalações da Divisão de Intervenção Social, uma reunião de Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social da Amadora.

Estiveram presentes na reunião Susana Nogueira, presidente do CLAS, Ana Moreno, Coordenadora do NE do CLAS, Rute Gonçalves, Ana Costa e Inês Mata, técnicas de apoio ao NE, Marta Salvador do ISS – I.P., Maria de Jesus Santos da Junta de Freguesia da Falagueira/Venda Nova em representação das Comissões Sociais de Freguesia, Sónia Ciríaco, do IEF – Serviço de Emprego da Amadora, Elisabete Costa da SFRAA – QSM, Ângela Neves da ULS Amadora/Sintra e Piedade Nunes da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. Estiveram também presentes Ana Carlos da LOGFRAME, Filipa Domingos do NIJ Amadora e Joana Pinto da CPCJ Amadora.

A **Dra. Ana Carlos** da LOGFRAME deu início à reunião com a apresentação do diagnóstico da pobreza infantil (apresentação em anexo), tendo referido as seguintes questões:

- 1) O processo de elaboração do diagnóstico;
- 2) Principais dados do diagnóstico;
- 3) Análise SWOT.

O Diagnóstico teve na sua base uma perspetiva compreensiva e multidimensional do conceito de pobreza infantil, considerando não só os indicadores económicos, mas também os fatores que contribuem para o bem-estar das crianças e para o exercício dos seus direitos. - Partiu-se do entendimento que a pobreza infantil resulta da inter-relação entre privações, exclusões e diferentes vulnerabilidades a que as crianças estão expostas, correspondendo a um estado de privação em diversas áreas relacionadas com o seu bem-estar.

Relativamente ao processo de elaboração de diagnóstico, para além da análise documental e análise estatística de fontes oficiais, foram realizados vários momentos de auscultação de parceiros, nomeadamente com a comissão alargada da CPCJ Amadora.

O diagnóstico foi elaborado tendo em conta as seguintes dimensões:

-Rendimentos e apoios sociais (Aumento da taxa de risco de pobreza da população portuguesa (17%); e aumento da insuficiência de recursos da população em risco de pobreza; Crianças e jovens são o grupo da população mais vulnerável ao risco de pobreza; Aumento do nº de inscritos no Serviço de Emprego da Amadora face a período homólogo (dez 2023); 21.254 beneficiários com processamento de abono de

famílias, 16.942 com majorações ou montante adicional ao abono de família e 4.456 com processamento da Garantia para a Infância);

- **Educação** (Aumento do nº de alunos no concelho no ano letivo 2023/24 (18.197); Cerca de 40% dos alunos na Amadora estão abrangidos pelo SASE (7.677), na sua maioria beneficiárias do escalão A (60,5%); Perceção de falta de recursos humanos/técnicos (especializados) para o adequado acompanhamento do percurso educativo de todas as crianças, em particular de grupos mais vulneráveis);

- **Saúde** (17,7% dos utentes inscritos nos cuidados de saúde primários da ULS Amadora/Sintra eram crianças jovens até aos 17 anos (dezembro de 2023) 69,6% tinham médico de família e 30,2% não (sobretudo crianças na 1ª infância); Perceção de dificuldade de acesso aos cuidados de saúde, particularmente ao nível da saúde mental);

- **Habitação** (Dificuldade da população do Concelho no acesso a habitação a custos controlados, para arrendar ou adquirir; 27,7% das famílias em situação de sobrelotação da habitação, 14,8% em situação de privação severa das condições de habitação e 18,8% com sobrecarga de despesas habitacionais; Constância no nº de pedidos de habitação municipal anual (784 candidaturas em 2023), na maioria por parte de famílias monoparentais e com baixos rendimentos);

- **Proteção** (Existência de situações de vulnerabilidade específicas na Amadora, em particular casos de crianças/jovens expostas a violência doméstica, negligência e maus-tratos físicos e psicológicos o Plano Municipal contra a Violência da Amadora o Implementação do projeto 'A teu lado' (projeto piloto) no concelho o Serviço de Atendimento Especializado a Vítimas de Violência Maioria dos processos acompanhados pela CPCJ são de crianças até aos 10 anos (49%), em particular de crianças dos 0-5 anos (2023) 54,9% são de nacionalidade portuguesa e 45,1% estrangeiras Número de casos sinalizados à CPCJ da Amadora tem aumentado nos últimos anos, assim como o número de processos ativos; Perceção de aumento da delinquência juvenil no concelho, com início cada vez mais precoce; e da gravidades das situações sinalizadas para a CPCJ)

- **Respostas para a 1ª infância** (Tendência de crescimento do nº de crianças inscritas em equipamentos de educação pré-escolar no concelho da Amadora, entre o ano letivo 2020/21 e 2022/23; Perceção de número insuficiente de equipamentos e vagas nas respostas para a infância (em particular de creche).

Relativamente à análise SWOT, foram identificadas:

- **Forças/potencialidades** - Existência de um conjunto diversificado de respostas sociais no concelho; e de projetos comunitários/respostas locais de proximidade, com intervenção no âmbito da proteção e promoção dos direitos das crianças; Concelho multicultural, que valoriza as mais-valias da inter e multiculturalidade. Entidades com experiência de intervenção neste domínio; Rede Social coesa e consolidada, com uma efetiva intervenção articulada; Sistema de videovigilância instalado no concelho, que contribuiu para a melhoria do nível de segurança;

- **Fraquezas/fragilidades** - Tendência de envelhecimento da população; Aumento do número de agregados em situação de carência financeira e social no concelho (em linha com os dados a nível nacional; Dificuldade no processo de integração da população migrante; Aumento das situações de violência doméstica no concelho e da delinquência juvenil;

- **Oportunidades** - Aprovação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 e implementação da Garantia para a Infância em Portugal - Linhas de financiamento existentes a nível nacional (PRR); Criação de mecanismos locais de diagnóstico e monitorização dos grupos mais vulneráveis, e de mecanismos de trabalho partilhados - Desenvolver medidas/ações locais específicas de promoção do sucesso escolar - Investir e apoiar iniciativas de educação alimentar (crianças e famílias);

- **Ameaças** - Crise económica e o contexto de guerra atual - Aumento do risco de pobreza, sobretudo na população abaixo dos 18 anos - Políticas (macro) existentes no país nem sempre adequadas à realidade das famílias; 'políticas de família' muito diluídas nas 'políticas sociais e de solidariedade' - Crise na área da saúde e na habitação no país; Zonas do concelho marcadas por ciclos de pobreza intergeracional, difíceis de quebrar - Dificuldade de integração da população migrante no concelho.

Passou-se de seguida a um momento de debate e reflexão sobre os dados apresentados, tendo sido feitas algumas correções ao documento.

Foram também solicitados alguns dados/informações extra que foram considerados importante para incluir no documento, nomeadamente dados do IEF, da DGRSP e da PSP.

A **Dra. Filipa Domingos** do NIJ referiu que achava importante que se auscultassem também as crianças, á semelhança do que foi feito com outros grupos incluídos no diagnóstico social, tendo sido sugerido que se poderiam aproveitar as assembleias jovens dos projetos Escolhas do território.

Passou-se de seguida ao ponto dos assuntos diversos, onde foi abordada a seguinte questão:

- A **Dra. Rute Gonçalves** informou que o CLAS vai dinamizar uma ação de formação para parceiros com o objetivo de fortalecer/consolidar as parcerias e a importância da Rede Social no território. A formação vai ser dinamizada pela Fundação Manuel Violante, no próximo dia 15 de novembro, no Centro de Formação Profissional da Venda Nova e pretende-se que este seja um momento colaborativo e dinâmico de reflexão e partilha sobre esta temática. Pretende-se essencialmente envolver as direções e direções técnicas das organizações.

Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião terminou pelas 17H00.